

GOVERNANÇA DIGITAL

MARCELO SOARES PIMENTA
DIEGO RAFAEL CANABARRO
ORGANIZADORES

GOVERNANÇ DIGITAL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Superior CEGOV

Ana Maria Pellini, Ario Zimmermann, José
Henrique Paim Fernandes, José Jorge Ro-
drigues Branco, José Luis Duarte Ribeiro,
Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel
Demarco, Fabiano Engelmann, Hélio
Henkin, Leandro Valiati, Lúcia Mury
Scalco, Luis Gustavo Mello Grohmann,
Marcelo Soares Pimenta, Marília Patta
Ramos, Vanessa Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza, Marco
Cepik

GOVERNANÇA DIGITAL

MARCELO SOARES PIMENTA
DIEGO RAFAEL CANABARRO
ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia

Revisão: Fernando Preusser de Mattos, Fernanda Lopes
Silva, Ricardo Fagundes Leães

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Joana Oliveira de Oliveira

Foto da Capa: Joana Oliveira de Oliveira

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



G721 Governança Digital [recurso eletrônico] / organizadores Marcelo Soares Pimenta e Diego Rafael Canabarro. - dados eletrônicos. - Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2014.
212 p. : pdf

(CEGOV Capacidade Estatal e Democracia)

1. Administração pública. 2. Tecnologia da informação. 3. Governança digital. 4. Segurança cibernética. 5. Economia da informação. I. Pimenta, Marcelo Soares. II. Canabarro, Diego Rafael. III. Série.

CDU – 681.3:35(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Jaqueline Trombin - Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0478-5

APRESENTAÇÃO

DEMOCRACIA E CAPACIDADE ESTATAL NA ERA DIGITAL

MARCELO SOARES PIMENTA

Doutor em Informática – Université Toulouse 1 (1997), Bacharel (1988) e Mestre (1991) em Ciências da Computação pela UFRGS, com pós-doutorado na Université Paul Sabatier, Toulouse, França (2002-2003). Atualmente é professor associado e pesquisador no Instituto de Informática (INF) UFRGS.

DIEGO RAFAEL CANABARRO

Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Atualmente, trabalha na Diretoria de Assessoria ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br (NIC.br).

Este é um livro que relata e resume algumas ideias de membros do Grupo de Trabalho em Governança Digital do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e de alguns autores convidados.

A computação digital e as redes computacionais revolucionaram o processo de produção, geração e armazenamento, de acesso e de partilha de informações por parte dos usuários, o que impactou profundamente (e de forma irreversível) o dia a dia de empresas, universidades, órgãos do Estado e da sociedade como um todo. Trabalho, lazer, educação, jornalismo, esporte são alguns dos exemplos que foram transformados com o aumento da velocidade com que viaja a informação e com a possibilidade de comunicação instantânea com pessoas que se localizam em lugares distantes. Hoje, ficou mais fácil localizar qualquer um que possua um celular; ficou mais fácil assistir à televisão enquanto se viaja de metrô; ficou mais fácil falar com os amigos e ler notícias em redes sociais como o Twitter, o Facebook e o Orkut enquanto se espera o ônibus ou se aguarda atendimento médico.

Essa mesma revolução originou a noção de governo eletrônico (e-gov, ou também governo digital). Atualmente, apesar de ser bastante considerável, no Brasil e no mundo, a exclusão digital, pode-se dizer que são impensáveis a organização e o funcionamento do setor público sem o auxílio de tecnologias computacionais que facilitem o processo de criação, organização, armazenamento e divulgação de informações e que viabilizam a comunicação entre diferentes órgãos públicos e en-

tre os órgãos públicos e os cidadãos.

Até muito recentemente, governo eletrônico (tanto em termos teóricos, quanto em termos práticos) dizia respeito à adoção de soluções tecnológicas para aumentar a eficiência, a rapidez e a precisão da realização de processos gerenciais que estão por trás do funcionamento da máquina pública. Basta se pensar no significado de *softwares* como planilhas de cálculo automatizadas, editores de texto, gerenciadores de banco de dados, etc., para a rotina de trabalho de um determinado servidor. Pouco a pouco, foi sendo possível se fazer mais com um menor dispêndio de esforço físico e intelectual. Da mesma forma, o registro e o arquivamento das informações produzidas em diversas pontas da administração pública restaram facilitadas, assim como tornou-se simplificada a geração de relatórios de gestão em tempo reduzido. Do ponto de vista gerencial, tais desenvolvimentos facilitaram a uniformização dos procedimentos dentro e através de diversos órgãos do setor público.

Atualmente, porém, a noção de governo eletrônico foi ampliada: ela diz respeito tanto à oferta e entrega efetiva de serviços públicos através de canais diversos (portais *web*, *e-mails*, redes sociais, SMS, etc.), quanto à interação em duas vias (Estado<---->Sociedade) habilitada por tais canais. Essa interação é o fundamento da noção contemporânea de “governo aberto”: aberto à participação e à colaboração dos cidadãos no ciclo de políticas públicas, e capaz de prestar contas de forma pública e transparente em reforço ao controle democrático dentro e fora do Estado.

Governança Digital é uma área emergente que visa a uma aproximação entre diversos campos do conhecimento relevantes e envolvidos com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), incluindo aí princípios, plataformas, metodologias, processos e tecnologias digitais para a reflexão sobre e a realização de atividades relacionadas a Governo, em todas suas esferas, de forma a configurar o que tem se convencionado chamar de Governo Eletrônico, *E-Government* ou simplesmente E-Gov.

No Brasil, embora haja várias iniciativas para a melhoria dos serviços de E-Gov, ainda não há um consenso do que é e como se faz Governança Digital. Talvez justamente por essa falta de definições e políticas estabelecidas, os resultados nessa área estão abrindo perspectivas interessantes de cunho interdisciplinar.

Em termos conceituais, a democracia diz respeito à participação política e ao exercício do direito à oposição pública. Nesse caso, não é difícil de vislumbrar de que forma o acesso a instrumentos de acesso à informação e que viabilizem a troca informacional entre atores sociais fortalece a democracia. A democracia não pode ser pensada de maneira desvinculada do conjunto de características funcionais e institucionais dos Estados contemporâneos que dizem respeito à mobilização de recursos sociais, à produção de regras e adjudicação de conflitos, bem como relativas ao provimento de bem-estar e segurança para as populações correspondentes.

As TICs impactaram a forma com a qual a administração pública organiza as suas rotinas de trabalho e relaciona-se com os diversos integrantes do corpo social, dentro e fora de suas fronteiras. Nesse caso, diante da possibilidade de ação coordenada em rede por atores sociais de toda a natureza, o avanço das tecnologias digitais abre margem, também, a novas questões de segurança pública e de segurança internacional (como crimes cibernéticos, novas estratégias de espionagem militar e industrial, bem como – diante da crescente dependência de sistemas informáticos em todos os nodos da teia social –, verdadeiras ações de sabotagem e guerra).

Por conta disso, pode-se dizer que o governo eletrônico carrega consigo uma série de desafios que giram em torno do investimento em infraestrutura e capacitação do funcionalismo público para atualizar o Estado de seu formato analógico para um formato digital. Giram também em torno do desenvolvimento de políticas públicas que possam incluir digitalmente a população como parcela significativa dos esforços mais amplos de inclusão social e cidadã. Mas, principalmente, em torno da adoção de soluções tecnológicas alinhadas com normas que garantam a proteção de direitos fundamentais (liberdade de expressão, privacidade, segurança, etc.) das pessoas e que estejam passíveis ao monitoramento e avaliação permanente através de metodologias e métricas adequadas.

Este livro é uma oportunidade de registrar diferentes pontos de vista sobre vários tópicos relacionados à Governança Digital e também de relatar resultados de projetos, reflexões e debates coletados durante as atividades do GT em vários dos projetos realizados ou em andamento. O livro reúne textos de vários pesquisadores interessados no tema e que, assim, ajudam a criar um clima efervescente de discussões, performances e trocas de ideias sobre Governança Digital.

Os editores gostariam de agradecer imensamente ao CEGOV, em particular ao Prof. Marco Cepik, ao Conselho Diretor, ao Conselho Científico e ao Grupo de Apoio, que, com seu esforço e competência, viabilizaram esta publicação.

Esperamos que todos aproveitem o resultado e divulguem esta publicação a todos os potencialmente interessados.